



Coprodução na Economia Criativa: um tema emergente em perspectiva bibliométrica

Coproduction in the Creative Economy: an emerging theme in bibliometric perspective

Coproducción en la Economía Creativa: un tema emergente en perspectiva bibliométrica

Grupo temático 07 - Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial

Thalita Stephanie Teixeira, Universidade Federal de Viçosa

Alan de Paula Silva, Universidade Federal de Viçosa

Magnus Luiz Emmendoerfer, Universidade Federal de Viçosa

Gabriella Keles da Conceição, Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

Com o crescente debate acerca da economia criativa, observa-se uma necessidade de uma sistematização que articule, de forma explícita, coprodução e economia criativa. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a produção científica sobre coprodução no contexto da economia criativa por meio de uma revisão bibliométrica, identificando a evolução temporal das publicações, os principais temas associados e as tendências do campo. Fez-se uso da Revisão Sistemática de Literatura de artigos indexados no Web of Science e Scopus utilizando técnicas de análise de redes, mapas temáticos e tendências temporais por meio do software Bibliometrix. Os resultados evidenciam que a literatura se estrutura em torno de temas consolidados como política cultural, patrimônio cultural e desenvolvimento urbano, enquanto a coprodução ocupa posição periférica e transversal, aparecendo como conceito emergente e ainda pouco sistematizado. O estudo contribui para o avanço teórico ao sistematizar um campo emergente, evidenciar lacunas conceituais e geográficas e oferecer subsídios para agendas de pesquisa que articulem coprodução, políticas culturais e desenvolvimento territorial em contextos diversos.

Governança Colaborativa; Políticas Culturais; Desenvolvimento Territorial; Revisão Sistemática; Análise Bibliométrica.

ABSTRACT

With the growing debate on the creative economy, there is a need for systematization that explicitly articulates coproduction and creative economy. This article aims to analyze the scientific production on coproduction in the context of the creative economy through a bibliometric review, identifying the temporal evolution of publications, the main associated themes, and trends in the field. A Systematic Literature Review was conducted on articles indexed in Web of Science and Scopus, using network analysis techniques, thematic maps, and temporal trends through the Bibliometrix software. The results show that the literature is structured around consolidated themes such as cultural policy, cultural heritage, and urban development, while coproduction occupies a peripheral and transversal position, appearing as an emerging concept that remains poorly systematized. The study contributes to theoretical advancement by systematizing an emerging field, highlighting conceptual and geographical gaps, and providing support for research agendas that articulate coproduction, cultural policies, and territorial development in diverse contexts.

Collaborative Governance; Cultural Policies; Territorial Development; Systematic Review; Bibliometric Analysis.

RESUMEN

Con el creciente debate sobre la economía creativa, se observa la necesidad de una sistematización que articule, de forma explícita, la coproducción y la economía creativa. Ante ello, este artículo tiene como objetivo analizar la producción científica sobre coproducción en el contexto de la economía creativa por medio de una revisión bibliométrica, identificando la evolución temporal de las publicaciones, los principales temas asociados y las tendencias del campo. Se realizó una Revisión Sistemática de Literatura de artículos indexados en Web of Science y Scopus, utilizando técnicas de análisis de redes, mapas temáticos y tendencias temporales mediante el software Bibliometrix. Los resultados evidencian que la literatura se estructura en torno a temas consolidados como política cultural, patrimonio cultural y desarrollo urbano, mientras que la coproducción ocupa una posición periférica y transversal, apareciendo como concepto emergente y aún poco sistematizado. El estudio contribuye al avance teórico al sistematizar un campo emergente, evidenciar lagunas conceptuales y geográficas, y ofrecer subsidios para agendas de investigación que articulen coproducción, políticas culturales y desarrollo territorial en contextos diversos.

Gobernanza Colaborativa; Políticas Culturales; Desarrollo Territorial; Revisión Sistemática; Análisis Bibliométrico

1. Introdução:

A economia criativa consolidou-se, nas últimas décadas, como campo estratégico para o desenvolvimento ao articular criatividade, cultura e inovação como vetores de geração de valor e inclusão social (Howkins, 2001; UNCTAD, 2022). No âmbito das políticas públicas, esse campo ganhou centralidade em agendas locais, onde ativos simbólicos e patrimônios culturais passam a integrar estratégias de governança territorial, como evidencia a Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

Paralelamente, o debate sobre políticas públicas tem incorporado abordagens que reconhecem a complexidade dos problemas públicos e os limites de modelos hierárquicos de decisão. A coprodução emerge, nesse contexto, como abordagem que enfatiza a participação ativa de múltiplos atores na formulação e implementação de políticas, sendo compreendida como um processo político e relacional capaz de influenciar arranjos de governança (Fleury, 2005; Bovaird e Löffler, 2013; Chaebou e Medeiros, 2017).

Entretanto, apesar da aproximação teórica entre economia criativa e formatos colaborativos de governança (Ansell e Gash, 2008; Emmendoerfer, 2018), a literatura ainda apresenta uma lacuna importante: a coprodução ocupa posição periférica no debate sobre economia criativa. Embora frequentemente associada a temas como política cultural, patrimônio e desenvolvimento urbano, ela aparece de forma transversal e pouco sistematizada, carecendo de um corpo teórico e empírico que articule, de forma explícita, coprodução e economia criativa em contextos locais e de políticas culturais.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a produção científica sobre coprodução no contexto da economia criativa por meio de uma revisão bibliométrica, identificando a evolução temporal das publicações, os principais temas associados e as tendências do campo. Para isso, adota-se uma abordagem quantitativa e descritiva, com dados das bases Web of Science e Scopus, analisados via técnicas de visualização científica (mapas temáticos, redes de coocorrência e análise de tendências). Ao sistematizar um campo emergente e indicar lacunas e agendas futuras, o estudo oferece um panorama analítico que contribui tanto para o avanço teórico sobre coprodução em contextos criativos quanto para o desenho de pesquisas empíricas posteriores.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, no qual são discutidos os principais conceitos que fundamentam o estudo. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos e apresenta os dados da revisão bibliométrica, detalhando as bases de dados utilizadas, os critérios de seleção dos estudos e as técnicas de análise aplicadas. A quarta seção é dedicada à apresentação e discussão dos resultados, articulando os achados bibliométricos com o debate teórico sobre coprodução e economia criativa. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, destacando as principais contribuições do estudo, suas limitações e possíveis agendas para pesquisas futuras.

2. Referencial teórico

2.1. Coprodução e governança colaborativa na formulação de políticas públicas

O conceito de processo de políticas públicas oferece uma compreensão dinâmica e relacional da ação estatal, influenciando que as políticas sejam moldadas por múltiplos fatores interativos, como atores com diferentes crenças e interesses, instituições, redes, ideias, contextos e eventos externos. Esses elementos influenciam todas as fases da política, desde sua emergência até sua possível reformulação ou abandono, configurando um processo reiterativo e não necessariamente sequencial, no qual mudança e estabilidade coexistem ao longo do tempo (Almeida e Gomes, 2018; Málaga e Silveira, 2024).

Tendo em vista que a legitimidade das políticas públicas depende da articulação entre a atuação estatal e a soberania da sociedade civil para evitar a captura do público pelo privado (Málaga; Silveira, 2024), a análise conjunta desses pressupostos permite compreender a coprodução como ferramenta essencial. Nesse sentido, verifica-se que a participação popular, ao trabalhar conjuntamente com outros setores, fortalece a cidadania e a emancipação de grupos marginalizados, possibilitando a construção de forma de cogestão pública e afetando diretamente o conteúdo das decisões políticas (Fleury, 2005).

Mesmo em contextos de gestão pública que sejam bem-intencionada e bem-avaliada, ela sozinha não dá conta de compreender e responder plenamente à complexidade dos problemas públicos. Assim, a inclusão da comunidade no processo é vista como um meio eficaz de acessar informações subjacentes, o que enriquece o planejamento público, tornando-o mais sensível à realidade local e, portanto, mais eficaz (Fraga, 2018). A prática da coprodução é vista como uma maneira de se atender às múltiplas necessidades e demandas dos diversos agentes envolvidos em uma comunidade, os quais poderão ser planejadores e utilizadores de bens públicos coproduzidos (Bovaird e Löffler, 2013).

Na perspectiva atual, a formulação das políticas públicas deixa de ser um processo hierárquico e centralizado (top-down) e passa a ser entendida como um processo de negociação entre diversos atores políticos (Chaebo e Medeiros, 2017). Não se pretende esgotar as discussões a respeito das manifestações da coprodução nos diferentes modelos de administração pública, mas sim evidenciar as abordagens de coprodução aplicadas à formulação de políticas públicas.

A emergência da governança colaborativa como conceito analítico está relacionada a mudanças nas formas de governar, sobretudo diante da crescente complexidade dos problemas públicos e da multiplicidade de atores envolvidos nas arenas decisórias. Segundo Ansell e Gash (2007), a governança colaborativa refere-se a um arranjo governamental em que uma ou mais agências públicas engajam diretamente atores não estatais em um processo formal, orientado por consenso e deliberativo, com o objetivo de formular e implementar políticas públicas ou gerir programas/bens públicos. Trata-se, portanto, de uma abordagem que reconhece o valor da deliberação, do engajamento mútuo e da construção coletiva de soluções.

No campo das políticas públicas de economia criativa, a governança colaborativa assume relevância particular em razão da centralidade dos ativos simbólicos, dos saberes locais e da diversidade de atores envolvidos na produção cultural e criativa. A formulação dessas políticas tende a ocorrer em contextos marcados pela transversalidade setorial e pela interdependência entre Estado, mercado e sociedade civil, o que demanda arranjos institucionais capazes de articular interesses, conhecimentos e práticas distintas. Nesse sentido, a governança colaborativa oferece um referencial analítico adequado para compreender como processos deliberativos, mecanismos de coordenação e formas de participação social influenciam a legitimidade, a efetividade e a sustentabilidade das políticas de economia criativa, sem restringir sua análise a experiências ou instrumentos específicos.

2.2. Políticas públicas de economia criativa

As políticas de economia criativa emergem a partir do reconhecimento da criatividade, da cultura e do conhecimento como vetores estratégicos de desenvolvimento (Howkins, 2001; UNCTAD, 2010). A análise desses

elementos em conjunto com a geração de ideias e sua aplicação prática (Howkins, 2001; Newbigin, 2019) evidencia a necessidade de políticas públicas capazes de lidar com a complexidade, a diversidade de atores e a multiplicidade de escalas envolvidas.

Nesse contexto, diferentes organismos desempenham papel relevante na difusão e institucionalização das políticas de economia criativa. A criação da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, em 2004, exemplifica esse movimento ao incentivar cidades a incorporarem a criatividade como elemento central de suas estratégias de desenvolvimento sustentável. A Rede opera como uma plataforma internacional de cooperação, troca de experiências e orientação, reconhecendo cidades por suas contribuições em diferentes áreas criativas e estimulando a integração da economia criativa às políticas culturais e de desenvolvimento urbano (UNESCO, 2014). A adesão a esse tipo de iniciativa não constitui, por si só, uma política pública, mas pode influenciar e orientar a formulação de políticas culturais, econômicas e urbanas em nível local.

No Brasil, a incorporação da economia criativa às agendas públicas ganhou maior institucionalidade a partir dos anos 2000, culminando na criação da Secretaria da Economia Criativa no âmbito do Ministério da Cultura, em 2011, e na elaboração do Plano da Secretaria da Economia Criativa 2011–2014. Esse marco contribuiu para consolidar a compreensão da criatividade como ativo econômico e vetor de desenvolvimento, além de fortalecer a articulação entre políticas culturais, econômicas e territoriais. Mais recentemente, a retomada da Secretaria da Economia Criativa e a proposição de uma Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa indicam a atualidade e a continuidade desse debate, ainda marcado por desafios relacionados à coordenação institucional e à governança das políticas públicas.

De modo geral, a literatura aponta que as políticas de economia criativa demandam arranjos institucionais que articulam diferentes setores e atores sociais (Ansell e Gash, 2008). Essa necessidade de governança compartilhada aproxima o setor de uma agenda de desenvolvimento endógeno, centrada na valorização dos recursos locais (Sen, 2010; Schumpeter, 1997). Dessa forma, entende-se a economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento territorial ancorada na criatividade coletiva.

3. Procedimentos metodológicos

Considerando os objetivos propostos, esta pesquisa configura-se como um estudo de abordagem qualitativa, de nível exploratório-descritivo. Visando atender aos objetivos propostos, foi aplicada uma Revisão Sistemática e Bibliométrica de Literatura com foco em fundamentar os conceitos-chave da pesquisa (coprodução, governança colaborativa e políticas culturais) e compreender o escopo do Programa Cidades Criativas da UNESCO. Seguindo o fluxo do mapeamento da ciência (*Science Mapping Workflow*), a pesquisa considerou três etapas principais: (i) definição das estratégias de busca e coleta de dados; (ii) seleção e delimitação do corpus; e (iii) análise e visualização cienciométrica dos dados.

A Revisão Sistemática de Literatura é um formato de pesquisa que se baseia na análise da literatura de uma temática específica, disponibilizando um resumo dos resultados alcançados partindo da aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca (Sampaio; Mancini, 2006). Visando conduzir o estudo de maneira sistemática, foi conduzida uma revisão cientométrica, definida por Pritchard (1969) como a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos na análise de obras literárias sobre a educação profissional e tecnológica.

O trabalho utilizou as bases de dados *Web of Science* e Scopus, tendo em vista o reconhecimento dessas bases como confiáveis pela metodologia utilizada para seleção e revisão de obras e pelo rigor na indexação de periódicos de alto impacto (Scaringella; RQ Adziwon, 2018).

A string de pesquisa utilizada foi: ("co-production" OR "coproduction" OR "collaborative governance") AND ("creative cities" OR "UNESCO Creative Cities Network" OR "creative economy" OR "cultural policy") AND ("crafts" OR "folk art" OR "handicraft" OR "intangible cultural heritage"). As palavras foram escritas em inglês com foco em alcançar mais materiais; além disso, esses termos foram considerados nos títulos, resumos ou palavras-chave. A janela temporal foi definida sem limitação de data inicial até o ano de realização da pesquisa (2025), permitindo assim capturar a evolução temporal do campo.

Posteriormente à aplicação da *string* de busca, os resultados preliminares foram submetidos a uma filtragem inicial, com o objetivo de formular o *corpus* de análise. Assim, no que diz respeito a critérios de inclusão e exclusão na RSL, a análise seguiu os critérios do Quadro 1, uma versão adaptada de Juliano, Clemente e Madeira (2023).

Quadro 1 - Critérios de inclusão e exclusão para a operacionalização da RSL

Critério	Inclusão	Exclusão
Tipo de Documento	Artigos científicos.	Resumos, resumos expandidos, dissertação de mestrado, tese de doutorado, materiais que não fossem artigos.
Temas Investigados	Diversos temas relacionados Economia Criativa e Coprodução	Artigos que pesquisem sobre outros temas sem serem economia criativa e coprodução.
Tipo de Contribuição	Pesquisas empíricas, estudos de caso, experimentos.	Revisões de literatura.
Tópicos	("co-production" OR "coproduction" OR "collaborative governance") AND ("creative cities" OR "UNESCO Creative Cities Network" OR "creative economy" OR "cultural policy") AND ("crafts" OR "folk art" OR "handicraft" OR "intangible cultural heritage").	—
Janela de Tempo	Sem delimitação de data inicial até o ano de realização da pesquisa (2025).	—

Fonte: Elaboração própria com base em Juliano, Clemente e Madeira (2025).

O primeiro critério se relaciona ao tipo de documento. Foram incluídos artigos científicos e excluídos arquivos como resumos, dissertações e teses. Mais adiante, foram aceitas ainda pesquisas que se relacionassem aos temas de economia criativa e coprodução e excluídas as que tratassem de temas distintos.

Os tipos de contribuição foram pesquisas empíricas, estudos de caso e experimentos, excluindo-se revisões de literatura, considerando que a corrente pesquisa se configura como uma revisão. Após aplicar essa filtragem, foram incluídos XX artigos.

A análise do corpus foi realizada através de técnicas de bibliometria por meio dos *softwares* R e RStudio, com a utilização do pacote Bibliometrix. Essa metodologia de análise permite a visualização da produção científica por meio de métodos matemáticos, saindo de um padrão básico de apenas contagem do número de publicações (Pritchard, 1969).

As técnicas bibliométricas utilizadas foram: a) análise descritiva da produção científica a partir da evolução temporal do número de publicações e dos países e autores mais produtivos; e b) análise de conteúdo e da estrutura conceitual através de nuvem de palavras; rede de coocorrência de palavras-chave; mapa temático e análise dos tópicos em tendência.

Concomitantemente à análise quantitativa dos dados, conduziu-se ainda uma análise de conteúdo, específica dos artigos mais citados e das temáticas entendidas enquanto “motores” conforme proposta por Laville e Dionne (1999), que pressupõe a decomposição dos materiais empíricos em unidades de significado, organizadas em categorias analíticas definidas a partir dos objetivos da pesquisa. A análise buscou identificar regularidades, convergências e tensões presentes nos documentos, o que possibilitou interpretar os dados encontrados e sua articulação com o capítulo de referencial teórico.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou analisar como tal campo de pesquisa se caracteriza e se sofreu modificações no que diz respeito à produção científica e sua evolução ao decorrer dos anos, bem como explorar as principais referências, autores e agentes envolvidos, tendo em vista que a produção científica tem como base conhecimentos explicitados previamente (Chueke; Amatuucci, 2015) o trabalho em questão terá foco em ser um possível fundamento para pesquisas realizáveis no futuro (Salerno; Araújo; Freitas, 2022).

4. Resultados e discussão

Esse capítulo apresenta as análises dos dados encontrados após a aplicação da metodologia de análise dos artigos científicos. Como evidenciado no capítulo de procedimentos metodológicos, foram incluídos 91 artigos na presente revisão de literatura. Inicialmente, os resultados são apresentados de forma descritiva, buscando caracterizar o comportamento da produção científica ao longo do tempo, para, em seguida, estabelecer articulações analíticas com o referencial teórico adotado.

Os principais dados sobre os artigos podem ser observados na figura 1

Figura 1 - Principais informações sobre os estudos incluídos

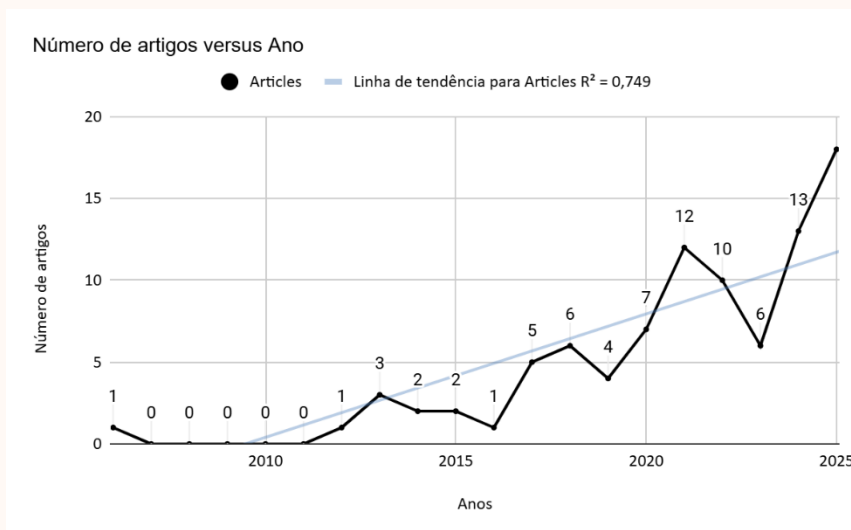


Fonte: R Core Team (2025)

É possível observar que a primeira publicação foi feita no ano de 2006 e a última em 2025. Além disso, foram identificados 80 revistas e 221 autores ao todo, dos quais 25 assinam pesquisas individualmente. Além disso, o crescimento anual de pesquisas apresenta um valor de 16,43%.

Por outro lado, a evolução do número de artigos publicados ao longo dos anos, partindo da metodologia de evolução exponencial, evidencia um crescimento progressivo no volume de publicações, especialmente a partir de 2020, indicando um interesse recente e crescente da literatura pelo tema.

Figura 2 - Evolução no número de artigos publicados por ano



Fonte: R Core Team (2025)

Como evidenciado pelo gráfico, a produção científica sobre coprodução no contexto da economia criativa apresenta um comportamento típico de campos emergentes, caracterizado por um crescimento mais acentuado nos anos recentes. Esse padrão sugere que o tema ainda se encontra em processo de consolidação na literatura, não tendo atingido um estágio de maturidade teórica ou empírica. Tal resultado dialoga com a análise do *policy process*, segundo a qual novos temas tendem a ingressar nas agendas de pesquisa de forma incremental, à medida que problemas públicos e práticas institucionais se tornam mais visíveis e demandam novas abordagens analíticas.

Nesse sentido, o crescimento recente das publicações indica um aumento quantitativo da produção científica que reflete a incorporação gradual da coprodução como categoria analítica relevante no debate sobre economia criativa. A posição ainda incipiente do tema sugere que a literatura tem avançado mais rapidamente na descrição de práticas colaborativas e arranjos institucionais do que na sistematização conceitual da coprodução propriamente dita, o que reforça o caráter exploratório e emergente do campo.

Superada a análise da evolução temporal das publicações, a atenção se volta para a identificação dos principais temas que estruturam a literatura sobre coprodução no contexto da economia criativa. A partir de diferentes técnicas de análise bibliométrica, busca-se compreender quais conceitos são mais recorrentes, como eles se articulam entre si, qual o seu papel na organização do campo e como sua relevância evolui ao longo do tempo. Nesse sentido, os resultados a seguir são apresentados de forma progressiva, iniciando pela nuvem de palavras, seguida pela análise da rede de coocorrência, do mapa temático e, por fim, dos tópicos em tendência.

Figura 3 - Nuvem de palavras



Fonte: R Core Team (2025)

A análise de nuvem de palavras evidencia os termos mais recorrentes e, portanto, mais relevantes na literatura, quanto maior e mais centralizada, maior sua frequência, sobre coprodução no contexto de economia criativa. Destacam-se conceitos como patrimônio cultural, indústrias criativas, desenvolvimento urbano, sustentabilidade, política cultural, coprodução e empreendedorismo, indicando que o campo se estrutura em torno da articulação entre cultura, território, políticas públicas e dinâmicas econômicas. A presença simultânea de termos associados à governança e ao desenvolvimento territorial reforça a compreensão de que a economia criativa tem sido abordada majoritariamente a partir de uma perspectiva transversal, na qual a coprodução aparece integrada a debates mais amplos, e não como eixo analítico isolado.

Figura 4 - Rede de Co-ocorrência de palavras

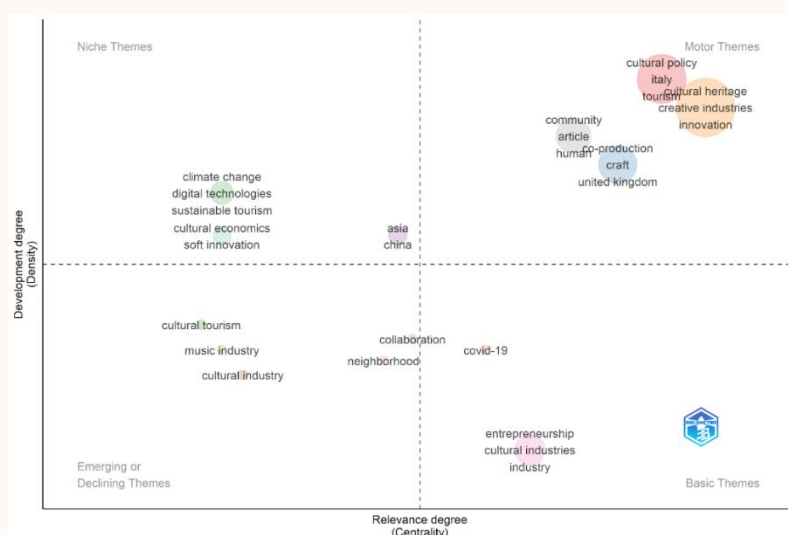


Fonte: R Core Team (2025)

Além da frequência, a literatura revela padrões de associação; observa-se um cluster central que conecta desenvolvimento urbano, planejamento urbano, sustentabilidade, política cultural, inovação e patrimônio cultural, indicando que o debate sobre economia criativa tem sido fortemente ancorado na relação entre políticas culturais e desenvolvimento urbano sustentável. Outro cluster reúne o termo coprodução associado ao Reino Unido, sugerindo uma concentração geográfica e empírica da produção científica sobre o tema, possivelmente vinculada a estudos de caso e experiências institucionais específicas. Em conjunto, a nuvem de palavras e a rede de coocorrência reforçam que a coprodução se insere no campo de forma relacional, articulada a debates mais amplos sobre governança, território e políticas públicas, e não como um eixo conceitual isolado.

Considerando essas relações, a análise do mapa temático constitui uma etapa central da revisão bibliométrica, pois permite identificar a estrutura conceitual do campo de pesquisa a partir da relação entre relevância e grau de desenvolvimento dos temas. Conforme proposto por Cobo et al. (2011), a distribuição dos temas nos diferentes quadrantes do mapa possibilita distinguir entre temas-motores, temas básicos, temas de nicho e temas emergentes ou em declínio, considerando simultaneamente sua centralidade e sua densidade, relacionadas ao nível de desenvolvimento interno das redes temáticas. Dessa forma, o mapa temático organiza visualmente os principais eixos da produção científica e oferece subsídios analíticos para compreender dinâmicas de consolidação, transversalidade e emergência temática no campo investigado. Com base nos resultados obtidos no RStudio, o mapa temático da presente revisão é apresentado na Figura 5, servindo de referência para a análise e discussão dos achados.

Figura 5 - Mapa temático

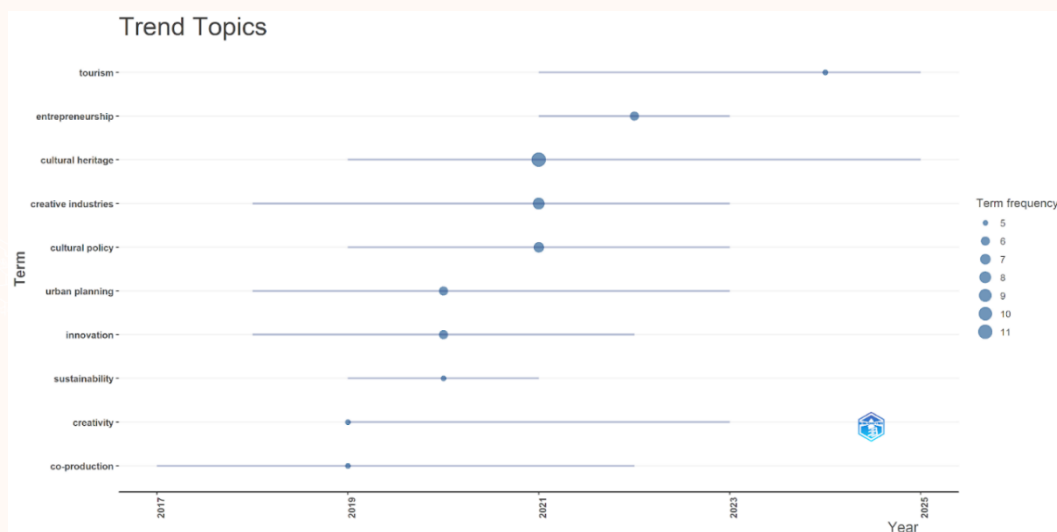


Fonte: R Core Team (2025)

O mapa temático (Figura 5) oferece uma radiografia da estrutura conceitual do campo. No quadrante superior direito, que concentra os temas motores (alta relevância e alto desenvolvimento), destacam-se os clusters de 'política cultural' e 'patrimônio cultural'. Este resultado corrobora a literatura que situa esses eixos como fundamentais nas agendas de desenvolvimento baseado na criatividade (Howkins, 2001; Reis, 2008; Emmendoerfer, 2018), evidenciando que o debate sobre práticas colaborativas, quando emerge, tende a estar subordinado a essas temáticas consolidadas. Em contraste, o termo 'coprodução' localiza-se no quadrante dos temas básicos ou transversais (alta relevância, baixo desenvolvimento). Isso sugere que, embora a coprodução seja um conceito reconhecido como relevante nos estudos de administração pública e governança (Ansell e Gash, 2008; Bovaird e Löffler, 2013), sua apropriação pelo campo da economia criativa ainda é incipiente e pouco sistematizada, operando como uma lente analítica para outros fenômenos (como políticas culturais ou desenvolvimento urbano) em vez de constituir um objeto de estudo autônomo. Esse achado reforça,

empiricamente, a lacuna teórica identificada por Chaebó e Medeiros (2017) sobre a necessidade de maior articulação conceitual da coprodução em contextos setoriais específicos.

Figura 6 - Trend Topics



Fonte: R Core Team (2025)

A análise dos tópicos em tendência confirma os padrões já identificados no mapa temático, ao evidenciar a trajetória temporal dos principais termos da literatura sobre economia criativa. Observa-se que temas como política cultural, patrimônio cultural, indústrias criativas e turismo apresentam maior estabilidade e recorrência ao longo do período analisado. Em contraste, a coprodução surge de forma mais recente e com menor frequência, indicando que sua incorporação ao campo ainda é incipiente e ocorre de maneira complementar aos debates centrais, especialmente aqueles relacionados à governança e à participação.

Por fim, a análise se concentra nos países mais citados nos artigos, com o objetivo de identificar os contextos que têm orientado a produção científica.

Quadro 2 - Países mais citados nos artigos

País	Total de Citações	Média de citações por artigo
EUA	460	115,00
Itália	266	16,60
Reino Unido	224	18,70
Suécia	94	47,00
Canadá	82	16,40
China	61	12,20
Austrália	51	6,40
Áustria	46	46,00
Indonésia	37	5,30
Noruega	36	9,00

Fonte: Construído a partir de R Core Team (2025)

Existe uma concentração da produção científica e da influência acadêmica em países do Norte Global, como Estados Unidos, Itália e Reino Unido, enquanto países do Sul Global aparecem de forma marginal ou estão ausentes entre os mais citados. Essa assimetria sugere que o debate sobre coprodução no contexto da economia criativa tem sido predominantemente moldado por agendas, experiências institucionais e referenciais teóricos oriundos de contextos com maior tradição acadêmica e capacidade de produção científica. Tal padrão contrasta com a própria ênfase da literatura na economia criativa como estratégia de desenvolvimento territorial e social, indicando uma lacuna relevante na incorporação de experiências e perspectivas de países que poderiam se beneficiar de forma significativa de políticas baseadas em ativos culturais locais, participação social e arranjos colaborativos.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a produção científica sobre coprodução no contexto da economia criativa a partir de uma revisão bibliométrica, buscando compreender como o tema tem sido abordado, quais são seus principais eixos conceituais e de que maneira se estrutura o campo ao longo do tempo. Os resultados evidenciam que a literatura sobre economia criativa se consolidou em torno de temas como política cultural, patrimônio cultural, desenvolvimento urbano, sustentabilidade e indústrias criativas, enquanto a coprodução aparece de forma mais recente, transversal e ainda pouco sistematizada como categoria analítica central.

A análise dos diferentes instrumentos bibliométricos revelou que a coprodução está presente na literatura sobretudo de maneira implícita, associada a debates mais amplos sobre governança colaborativa, participação social e formulação de políticas públicas. Embora práticas coprodutivas sejam recorrentes nos contextos analisados, especialmente em políticas culturais, o conceito de coprodução ainda ocupa uma posição secundária na estrutura teórica do campo, o que aponta para uma lacuna relevante na literatura.

Do ponto de vista metodológico, o estudo demonstra a contribuição da análise bibliométrica para identificar padrões, assimetrias e dinâmicas de consolidação temática, permitindo ir além de descrições narrativas e oferecendo uma leitura estruturada da produção científica. A concentração da influência acadêmica em países do Norte Global, bem como a ausência relativa de países do Sul Global entre os contextos mais citados, evidencia limites importantes na circulação do conhecimento e reforça a necessidade de ampliar o escopo empírico das pesquisas sobre economia criativa e coprodução, especialmente em contextos onde a valorização de ativos culturais locais e a participação social podem desempenhar papel estratégico no desenvolvimento territorial.

As principais contribuições deste artigo residem, portanto, em evidenciar o caráter emergente da coprodução no campo da economia criativa, em demonstrar seu alinhamento conceitual com a governança colaborativa e em apontar lacunas teóricas e geográficas que ainda limitam o avanço do debate. Ao articular os achados empíricos da revisão bibliométrica com o referencial teórico, o estudo contribui para uma compreensão mais crítica e integrada das políticas públicas de economia criativa.

Como agenda para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de aprofundar a análise qualitativa dos processos de formulação e implementação de políticas de economia criativa, explorando de que maneira a coprodução se materializa nos diferentes contextos institucionais e territoriais. Estudos de caso, análises comparativas e abordagens mistas podem contribuir para compreender os mecanismos de articulação entre Estado e sociedade civil, os efeitos da participação social sobre a legitimidade das políticas e os desafios associados à coordenação intersetorial. Nesse sentido, o presente artigo constitui a primeira etapa de um projeto de pesquisa mais amplo, que busca investigar empiricamente experiências de coprodução em políticas de economia criativa, contribuindo para o avanço teórico e para a qualificação das práticas públicas nesse campo.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro e institucional à pesquisa. Agradecem também à Universidade Federal de Viçosa (UFV) e à Cátedra UNESCO de Economia Criativa e Políticas Públicas pelo suporte e infraestrutura que viabilizaram a realização deste estudo.

Referências:

- Almeida, L. A., & Gomes, R. C. (2018). Processo das políticas públicas: Revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(3), 444–455.
- Ansell, C., & Gash, A. (2008). Collaborative governance in theory and practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18(4), 543–571. <https://doi.org/10.1093/jopart/mum032>
- Bovaird, T., & Löffler, E. (2013). A coprodução de serviços públicos pelo utilizador e pela comunidade: Trazendo de volta o público para o Estado. In H. C. Silvestre & J. F. Araújo (Orgs.), *Coletânea em administração pública*. Escolar Editora.
- Chaebo, G., & Medeiros, J. J. (2017). Reflexões conceituais em coprodução de políticas públicas e apontamentos para uma agenda de pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(3), 615–628.
- Cobo, M. J., López-Herrera, A. G., Herrera-Viedma, E., & Herrera, F. (2011). An approach for detecting, quantifying, and visualizing the evolution of a research field: A practical application to the Fuzzy Sets Theory field. *Journal of Informetrics*, 5(1), 146–166. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2010.10.002>
- Duisenberg, E. S. (2008). A economia criativa: Uma opção de desenvolvimento viável? In A. C. F. Reis (Org.), *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento* (pp. 52–73). Itaú Cultural; Garimpo de Soluções.
- Emmendoerfer, M. L. (2018). Territórios criativos como objeto de políticas públicas no contexto brasileiro. In M. S. G. Ashton (Org.), *Cidades criativas: Vocações e desenvolvimento* (pp. 125–156). Feevale.
- Fraga, B. O. (2018). *Coprodução do plano de desenvolvimento com base nos princípios Slow: Pesquisa-ação em Rio Doce (MG), Brasil* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa).
- Fleury, S. (2005). Redes de políticas: Novos desafios para a gestão pública. *Administração em Diálogo*, (7), 77–89. <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/671/468>
- Howkins, J. (2001). *The creative economy: How people make money from ideas*. Penguin.
- Málaga, D. M., & Silveira, S. F. R. (2024). An illustration of institutional influence in the policy-making process: Analysis of the policy window in the process of formulating the Novos Rumos Program. *Lex Humana*, 16(3), 81–102. <https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/3103>
- Newbiggin, J. (2019). The creative economy: Where did it come from and where is it going? In J. Newbiggin, *A research agenda for creative industries* (pp. 21–26). Edward Elgar Publishing.
- Reis, A. C. F. (2008). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: Uma visão dos países em desenvolvimento*. Itaú Cultural.
- Schumpeter, J. A. (1997). *Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Nova Cultural.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia de Bolso.



EBAP

Encontro Brasileiro de Administração Pública
XIII EBAP, Junho de 2026, Brasília-DF, Brasil

ARTIGO

UNCTAD. (2010). *Creative economy report 2010*. United Nations. https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf

UNCTAD. (2022). *Creative economy outlook 2022*. <https://unctad.org/publication/creative-economy-outlook-2022>

UNESCO Creative Cities Network. (2014). *Mission statement*. https://en.unesco.org/creativecities/sites/default/files/UCCN_mission_statement_rev_nov_2017.pdf

